

economistas

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ

ARGENTINA VAI ÀS URNAS



Argentina é hoje uma semicolônia financeira. A contundente afirmação é de Néstor Gorovitsky, dirigente da Izquierda Nacional Argentina, para quem não houve privatização em seu país, mas, sim, um processo de estrangeirização. Empresas que eram estatais argentinas são hoje estatais estrangeiras. Para as eleições de abril, Néstor prevê muita dispersão de votos, mas um grande comparecimento do povo às urnas.

Página

2

Não à guerra
ao Iraque

Página

3

Os falsos
humores

Página

14

Rio, samba
e trabalho

EDITORIAL

NÃO À GUERRA

O ano de 2003 inicia-se com a ressonância, cada vez mais acentuada, dos tambores da guerra. George Bush e Tony Blair aparecem como os principais protagonistas desse macabro ritual que antecede os preparativos para um ataque ao Iraque. As justificativas e explicações para esse movimento cada vez se mostram mais frágeis, até mesmo para históricos aliados europeus dos EUA, como é o caso da França e da Alemanha. Entretanto, a eclosão da guerra – ou do genocídio, como queiram – parece ser inevitável.

Por qual razão? Porque muito além das indiscutíveis vocações belicistas do presidente americano e do premiê britânico, o que está em jogo é a resposta dos Estados Americano e Inglês à gravíssima crise econômica em curso no chamado Primeiro Mundo. A prolongada recessão japonesa, acrescida pela tenente estagnação das economias dos Estados Unidos e da Alemanha – locomotivas principais do sistema econômico hegemônico – faz com que as pressões das grandes corporações empresariais, principalmente americanas e ligadas ao complexo militar-industrial, exijam políticas de Estado mais incisivas no intuito de se reverterem as condições econômicas e expectativas negativas que influenciam o atual quadro.

Um bom exemplo dessa situação é informado pelo "Financial Time": o índice FTSE ALL Share, da Bolsa de Londres, está hoje abaixo de seu nível de 1969, em termos reais. Por outro lado, com base nos in-

dices totais de mercado da *Datastream*, pesquisa desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica e Social, de Londres, nos dá conta que a presente crise apresenta declínios reais no valor das ações de 63% na Alemanha, 50% no Reino Unido e 49% nos EUA. Trata-se, portanto, de uma crise que, no momento, se compara em sua magnitude àquela observada no início dos anos 70. Pior: não há nenhum sinal no horizonte que nos garanta que o fundo do poço tenha sido atingido. Neste sentido, a guerra de conquista das reservas de petróleo e água do Iraque, além de ativar o dinamismo econômico a partir de um maior impulso ao complexo bélico americano, poderá ajudar a conformar um novo quadro político-institucional no Iraque e no Oriente Médio, mais favorável às grandes potências econômicas do Ocidente.

O grande obstáculo a essa estratégia encontra-se, justamente, nas repescagens políticas que advirão junto às populações do próprio mundo árabe, com consequências inevitáveis dentro do próprio território europeu. Isto talvez ajude a explicar a oposição manifestada pelos governos da França e da Alemanha, até agora.

Entretanto, torna-se mais do que imprescindível que a opinião pública de todo o mundo levante-se em repúdio à guerra e em favor da paz. E neste sentido, as entidades dos economistas do Rio de Janeiro se unem ao coro mundial que se forma contra a barbárie, a intolerância e a violência que toda guerra carrega em si mesma. ■

Anuidade com desconto

A Secretaria de Fiscalização e Registro do Corecon-RJ alerta aos economistas para os descontos oferecidos aos pagamentos antecipados, já que muitos têm pago a anuidade no valor integral, sem atentar às deduções que estão no verso da guia de recolhimento. Os descontos são de 20% para os pagamentos feitos até o dia cinco de fevereiro e de 10% aos que forem efetuados até cinco de março. O prazo final para o pagamento da anuidade de 2003 é o dia 31 de março. Mais informações podem ser obtidas ou na sede do Conselho ou através do correio eletrônico: sifar@corecon-rj.org.br. ■

MBA na UFF

Vai até 14 de março o prazo para inscrição nos cursos de MBA em Contabilidade e Auditoria, Controladoria e Finanças e Gestão Estratégica de Negócios, ministrados na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFF, pela área de Pós-Graduação Lato Sensu. As aulas serão aos sábados e maiores informações no sítio da faculdade – www.uff.br/adm/pgcf ou pelo correio eletrônico: stccpgcf@vm.uff.br. ■



Universidade Federal Fluminense

JORNAL DOS economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibelli, Sidney Pascoff, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya
 • Editor: Nilo Sérgio Gomes • Ilustração: Alíodo
 • Caricaturista: Cássio Loredano • Diagramação e Finalização: Rossana Henriques (21) 2462-4885 • Fotolito e Impressão: Tipográfica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
 Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
 Telefax: (21) 2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: secrinet@corecon-rj.org.br
 internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascoff • Vice-presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa • Conselheiros Efetivos: Ângela Maria Pupim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq • Conselheiros Suplentes: Arthur Címlara Cardozo, Eduardo Carlos Scaletsky, José Antônio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flávio Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mário Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
 Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20031-000
 Tel.: (21) 2262-2535 • Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192

Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • Coordenador de Assuntos Institucionais: Sidney Pascoff • Diretores de Assuntos Institucionais: Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carlos Scaletsky • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de Relações Sindicais: Júlio Miragaya, Gilberto Caputo, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Hornero Lopes, Neuza Salles Carneiro e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • Diretores de Divulgação e Finanças: Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro
 RJ • Centro • CEP 20054-900
 Tel.: (21) 2509-1077 • Telefax: (21) 232-8178 ramal 22
 E-mail: ierj@alternet.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erikson Teixeira Lima • Diretoria Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassiolato, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibelli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Silvio Renato Paes de Figueiredo.

CONJUNTURA Ceci Juruá*

O FETICHE DOS HUMORES DO MERCADO

Em artigo publicado em dezembro de 2002, o escritor uruguai Eduardo Galeano defende que o verdadeiro autor do pânico planetário se chama Mercado, uma entidade terrorista todo-poderosa, sem rosto, onipresente e que se julga eterna como Deus. Galeano acrescenta que o temor que as pessoas comuns sentem diante do Mercado, está ligado a um prontuário criminoso, do qual fazem parte comercialização de guerras, fome e desemprego.

No Brasil, não existe ainda a consciência expressa por Galeano. Por isto, muito de nossos dirigentes se apressam em satisfazer os desejos desse Mercado e procuram não contrariar suas deter-

minações. Poucas pessoas questionam o bom senso de suas decisões, se é que esse bom senso pode existir. Assim, ele, o Mercado, é tratado como um fetiche cujas propriedades mágicas podem até servir para destruir nações e povos do mundo periférico.

Recentemente, os porta-vozes do Mercado (a grande mídia e setores minoritários do Governo) anunciaram que ele exige a continuidade das reformas no Brasil. Não de todas as reformas, só de algumas, e sua preferência recai sobre a reforma da Previdência Social, um dos últimos baluartes da era Vargas.

Seus porta-vozes crêem, firmemente, ou aparentam

crer, que a vontade dessa entidade sobrenatural se expressa na Bolsa de Valores e na taxa de câmbio.

Por isto, a explicação mais comum para a elevação do preço do dólar, quando ela ocorre, é dada com base nas resistências da sociedade às reformas necessárias. Muitas vezes, as propostas do governo já são orientadas para não contrariar o Mercado, como no caso da Previdência, em que as mudanças anunciadas pelo ministro atual coincidem, em linhas gerais, com as diretrizes das agências multilaterais de financiamento.

Por que a Previdência Social?

Para entender essa ligação é necessário, em primeiro lugar, romper com o fetiche e tentar identificar, dentre os milhares



Muitas vezes, as propostas do governo já são orientadas para não contrariar o Mercado, como no caso atual da Previdência, em que coincidem, em linhas gerais, com as diretrizes das agências multilaterais de financiamento

ou milhões de mercados, os agentes reais que se ocultam por trás de uma palavra tão antiga quanto a humanidade. Estudos realizados na França e em outros países identificam os investidores institucionais, norte-americanos principalmente, como as forças que atuam na vanguarda das reformas neoliberais. São representados por fundos de pensão, fundos de investimento, seguradoras e grandes bancos, que atuam em escala planetária.

Eles dominam os mercados financeiros internacionais, se implantaram nos mercados nacionais e promovem uma gigantesca especulação com os títulos e valores mobiliários. Têm uma verdadeira obsessão por liquidez e, além da especulação, se servem de taxas flutuantes de juros, graças às quais multiplicam rapidamente seus haveres monetários e, quando necessário, difundem o terror econômico.

A taxa flutuante de juros representa, para o grande capital internacional, papel semelhante ao do talão de multas na mão de fiscais antiéticos ou ao do revólver na mão dos policiais truculentos: um instrumento de intimidação e até de chantagem. Ela complementa, nos países periféricos, as manipulações da taxa de câmbio. Já incularam nos brasileiros, por meio da mídia, a crença de que o pior dos mundos é aquele em que ocorrem desvalorizações bruscas do câmbio e aumentos enormes da taxa internacional

de juros (metamorfoseada em taxa de risco). Nem a fome e a violência assustam tanto!

Para esses investidores institucionais, a reforma da previdência social no Brasil pode ser uma oportunidade ímpar de aplicação, com ampliação, dos haveres monetários, pois os recursos aplicados em planos de aposentadoria complementar serão, evidentemente, dirigidos para fundos de investimento, em mercados onde seguradoras e grandes bancos atuam em regime de oligopólio. Melhor que essa reforma seja urgente, para que os poucos bilhões de dólares disponibilizados pelo FMI permitam converter a nova riqueza monetária em moeda forte que irá para os países centrais e para os paraísos fiscais. As sobras poderão ficar no Brasil, para aplicação na dívida pública interna, sob garantia de um superávit fiscal e de impostos verdadeiros confiscos.

Se faltarem argumentos para que a sociedade assuma a "necessidade" dessa reforma, o fetiche irá se encarregar das providências complementares: o terror das taxas flutuantes de ju-

ros e da desvalorização cambial. O Mercado vai agir, com força e decisivamente,

O fetiche exige mais desagregação social

Politicamente, a reforma anunciada pelo ministro atual opera no sentido de fragmentar a unidade da nação brasileira. E o faz em nome da igualdade. Apesar de saber que a presidência do Banco Central é ocupada por um homem que, sem deixar de ser respeitável, ganha anualmente uma aposentadoria equivalente a 800 salários mínimos, mesmo tendo uma aparência jovem e sem completar 30 anos de trabalho no Banco de Boston, pelo qual recebe aquele valor.

A igualdade anunciada na reforma previdenciária, denominada publicitariamente de "fim dos privilégios", é a igualdade dos miseráveis, dos pobres, dos indigentes. É uma igualdade formal e relativa, que irá aprofundar a expropriação da classe média brasileira, alimentando os mecanismos financeiros que reservam para uns poucos privilegiados

reais aposentadorias milionárias e incompreensíveis do ponto de vista atuarial.

Membros de sindicatos do porte da CUT já demonstraram, de forma leviana, o apoio ao projeto do ministro da Previdência. No entanto, dificilmente apoiam em nome da igualdade um imposto de renda sobre ganhos absurdos e, certamente, também não apoiam uma alíquota de 80% para o imposto de renda sobre rendimentos superiores a 100 salários mínimos.

Não escutei, também, de parte de representantes da CUT, apoio à progressividade do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Tampouco ouvi de sindicalistas uma proposta de aumento do ITR (Imposto Territorial Rural). Poderiam, também, em nome da igualdade, sugerir o fim de todos os impostos sobre os ganhos do trabalho, substituídos por um único imposto sobre o capital. Mas não o fizeram ainda.

Há nuvens sombrias nos céus da família brasileira. Apesar de tudo será necessário manter a esperança, para que tenhamos forças para resistir mais uma vez e enfrentar os verdadeiros inimigos da nação brasileira. Certamente teremos o apoio da maior parte dos membros do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Minha esperança ainda é infinita, apesar dos humores dos mercados. ■

*** Economista
e pesquisadora**

A taxa flutuante de juros representa, para o grande capital internacional, papel semelhante ao do talão de multas na mão de fiscais antiéticos ou ao do revólver na mão dos policiais truculentos: um instrumento de intimidação e até de chantagem

ARTIGO DO LEITOR Alexandre Espírito Santo*

Um dos temas que concentra mais atenção ao debate econômico interno é, indiscutivelmente, a questão da taxa de juros. No Brasil, os atuais patamares de juros causam dois graves problemas: mantêm elevada a relação dívida/PIB; e impedem a retomada do crescimento econômico. Este artigo tem a pretensão de dar suporte a este saudável debate, abordando aspectos técnicos e menos passionais.

E absolutamente cristalino que a discussão de assunto tão complexo passa, necessariamente, pelo papel do Banco Central numa economia. Há, nos últimos tempos, uma tendência mundial em tornar os bancos centrais cada vez mais independentes, especialmente nas economias desenvolvidas. O assunto é polêmico e controverso, especialmente quando observamos o Governo Lula prestes a enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional, defendendo a independência operacional do Banco Central do Brasil – a chamada Lei de Responsabilidade Monetária.

O professor Alan Blinder, da Universidade de Princeton, ex-vice-chairman do Federal Reserve (Fed), dos EUA, argumenta que um banco central deve ser independente "pela simples razão de que os efeitos da política monetária sobre a produção e inflação vêm com longas defasagens temporais e os políticos não são conhecidos por suas paciências, nem por visão aguda de longo prazo".

TAXA DE JUROS: QUAL O NÍVEL ADEQUADO?

É importante ressaltar, contudo, que a defesa da tese de independência de um banco central não significa alegar que ele deva se isolar em suas decisões, desrespeitando os mercados financeiros ou mesmo fazendo ouvidos moucos aos políticos. As políticas monetárias são realizadas através dos mercados e vivemos em democracias. Não se pode negar, porém, que é comum observarmos, em países onde a política monetária é delegada a bancos centrais independentes, que o propósito principal dessa seja a estabilidade da moeda, o que, muitas das vezes, se contrapõe aos objetivos de política fiscal do governo. Neste caso, é como se coexistissem duas forças, não cooperativas, atuando em direções opostas, refletindo uma espécie de jogo, onde o equilíbrio de *Nash* seria a solução.

Preocupações de um BC

Deixando de lado esta discussão complexa, qual seria o verdadeiro papel do banco central, independentemente de seu grau de independência? Olhar somente a questão da inflação ou também se preocupar com o crescimento econômico e com a questão do emprego, interagindo com a política fiscal?

Para tentar responder a esta pergunta, analisemos a questão relacionando inflação com desemprego, tomando uma Curva de Phillips, de curto prazo, expandida pelas expectativas da sociedade. Sem considerarmos choques de oferta, teríamos que

$$\pi = \pi_e - \beta(u - u^*)$$

onde π é a taxa de inflação vigente, π_e a taxa de inflação esperada pela socie-

dade, u a taxa de desemprego corrente, u^* a taxa de desemprego natural da economia (mobilidade transitória de mão-de-obra) e β um parâmetro positivo. Cabe ressaltar que esta curva, negativamente inclinada, mostra o dilema de curto prazo, de que a expectativa de inflação pode não se ajustar à inflação corrente, isto porque existe um interstício até que o público se dê conta do valor da mesma.

Há um certo consenso de que à medida que os preços se ajustem aos salários, e vice-versa, a curva passa a ser praticamente vertical no longo prazo, até pelo fato de que, neste horizonte de tempo, a taxa de desemprego da economia tende a ser a taxa de desemprego natural, independentemente de políticas de demanda agregadas adotadas. No curto prazo, todavia, como os agentes econômicos têm expectativas racionais, o governo poderá sair-se vitorioso em reduzir a inflação ao tomar medidas restritivas de política fiscal e/ou monetária (esta, especialmente, pela sua maior rapidez) para conter a demanda agregada, ou reduzir o nível de desemprego, formulando medidas que estimulem a demanda.

O que nos parece adequado é que a meta do Banco Central deveria ser a taxa de desemprego natural, embora exista uma fortíssima atração pela decisão "fácil", de curto prazo, de atacar o desemprego corrente, em países com bancos centrais pouco independentes. E é neste ponto que entra a questão das taxas de juros.

Como as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) irão influenciar variáveis como PIB, desemprego, inflação e taxa de câmbio? Como interagir a política de metas inflacionárias, adotada pelo nosso BC, com o crescimento econômico?

A discussão, a partir daqui, poderia tomar

A defesa da tese de independência de um banco central não significa alegar que ele deva se isolar em suas decisões, desrespeitando os mercados financeiros ou mesmo fazendo ouvidos moucos aos políticos. As políticas monetárias são realizadas através dos mercados e vivemos em democracias

um rumo para lá de acadêmico, o que seria muito proveitoso, mas daria, de *per se*, um outro arrazoado. Sendo mais objetivo, penso que seja uma boa alternativa para aquelas respostas a idéia do BC dimensionar adequadamente a taxa de juros neutra, ou seja, a taxa de juros que não superestime nem subestime o PIB potencial. Por exemplo, se a taxa de juros nominal for tal que torne a taxa de juros real baixa demais, esta política monetária fraca irá permitir uma inflação mais elevada e indesejável. A recíproca é totalmente verdadeira, quando apertos monetários causam contração econômica.

Mas qual seria, então, a taxa de juros neutra da economia? Segundo, ainda, o ex-vice-chairman do Fed, deveria ser a taxa de juros que iguala o PIB potencial à curva IS, que representa o conjunto de pontos que equilibram o mercado de produtos. Aqui, certamente, começam os problemas, já que é difícil estimar uma curva IS estacionária, sendo necessários modelos econométricos para "descobrirmos" qual a taxa de juros ideal.

Diante desta possível dificuldade, abordemos a questão sob outra ótica. Sabemos, pela equação de Fischer, que a taxa de juros nominal da economia vem de

$$(1 + i_n) = (1 + i_r)(1 + \pi),$$

onde i_n é a taxa de juros nominal e i_r é a taxa de juros real. Se supusermos que a taxa de juros nominal seja reduzida "por decreto", então, num primeiro momento, também a taxa real irá cair, já que a inflação, de curto prazo, no mínimo, manter-se-á. No caso da taxa de juro real convergir para a taxa neutra (hipótese verificada em alguns países), cairímos no caso exemplificado acima, de espiral inflacionária, por aquecimento de demanda.

Para dificultar ainda mais, o Brasil é um país com problemas em suas contas exter-

nas. Uma queda nas taxas de juros de forma abrupta, causará impacto significativo no crescimento do PIB, aumentando a demanda por importados, prejudicando a balança comercial e o saldo em conta-corrente. Não podemos esquecer, também, que reduções nas taxas de juros irão reduzir o cupom cambial (diferencial entre taxas interna e externa), afugentando capitais internacionais, o que também traz impactos negativos ao balanço de pagamentos. A alternativa adequada, a meu ver, seria o BC continuar promovendo ajustes finos na sua taxa nominal, de modo que "guie" a taxa de juros real até seu patamar de neutralidade.

Relação PIB/Dívida Pública

O segundo aspecto da discussão, de não menos gravidade, diz respeito à relação dívida pública/PIB, que gira em torno dos 55%. Admitindo que o governo não finance seu déficit com emissão de moeda, e dada sua restrição orçamentária, podemos observar a questão pela seguinte equação diferencial

$$\frac{db}{dt} = p + b(g - g)$$

dt.

onde p = déficit primário b = dívida e g = taxa de crescimento do PIB

No caso brasileiro atual, p nos é favorável, pois no numerador existe superávit e não déficit primário. Somos, hoje em dia, o país que apresenta o maior superávit primário do mundo. O drama é que apesar de todo o esforço fiscal realizado pelo governo anterior nos últimos anos para manter p colaborando, temos a taxa de juros real (i_r) aproximadamente em 10%, enquanto o crescimento econômico não consegue ultrapassar os 2%. Como se pode inferir da equação acima, caso p não se altere significativamente, e sendo $i_r > g$, isto implica que a relação dívida/PIB será crescente, o que torna sua trajetória perigosa.

Há, portanto, um enorme e significativo dilema de curto prazo, consubstanciado entre reduzir gradual ou rapidamente as taxas de juros. Em outras palavras: ou atacamos o desemprego, com frouxidão monetária, complicando o lado externo e dando fermento para a inflação ou optamos por uma meta de desemprego mais próxima do natural, preservando a estabilidade da moeda e da taxa de câmbio, via juros altos, mas potencializando o descontrole da dívida líquida do setor público.

Este é, inegavelmente, um grande nó a ser desatado por este novo governo. Para desfazê-lo, precisaremos de um choque de credibilidade fiscal, com aumento do superávit primário, o que parece convergir com o discurso e, mais ainda, com as atitudes do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Desta forma, seriam factíveis quedas do risco-país e do dólar com mais consistência. Caso contrário...

* Economista, MBA Finanças e professor de Economia do Centro Universitário da Cidade e da ESM.

Correio eletrônico: acsanto@iis.com.br

¹ Maiores detalhes ver bibliografia 4

Bibliografia

- 1) Blinder, Alan – Bancos Centrais: Teoria e Prática, 1.999 – Editora 34, SP.
- 2) Bonfim, Antônio – The equilibrium Fed Funds Rate and the Indicator Properties of Term-Structure Spreads, 1.997 – Economic Inquiry
- 3) Dornbusch, Rudiger & Fischer, Stanley – Macroeconomia, 1.989 – Ed. McGraw-Hill, SP
- 4) Hall, Stephen; Henry, Brian & Nixon, James – Inflation Targeting: Revisiting the delegation and coordination of monetary policy, 1.999 – London Business School – DP04-99

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2003

AMÉRICA LATINA EM PORTO ALEGRE

**Atílio Boron,
sociólogo argentino**

A atual ordem mundial não é ordem; é desordem, é injustiça e violência. A verdade é que o mercado e o pensamento único fracassaram por toda parte, mesmo no Chile onde, apenas, seu fracasso foi menor. Mas apesar do fracasso generalizado, eles obtiveram um êxito, um único êxito: foi no campo ideológico!

Da América Latina, os Estados Unidos querem petróleo, água e a sua diversidade biológica. Para eles, a América Latina é uma retaguarda militar.

**Eduardo Galeano,
escritor uruguai**

Vivemos dias sombrios, dominados pela vocação guerreira dos amos do mundo. O mundo atual está submetido à cultura militar que ensina a matar e a mentir. Onde se lê comunidade internacional leia-se: chefes guerreiros e banqueiros. E o poder se disfarça de destino.

Esta civilização tem amnésia. Não fosse isto saberíamos que para sobreviver devemos defender-nos juntos e repartir a comida. Em lugar de "eu" precisamos adotar a palavra mais usada entre os maias: nosotros, nosotros, nosotros

Fernando Solanas, cineasta argentino

Vivemos tempos de autoritarismo destrutivo da memória do seu gestual, da sua própria imagem. Há um terrorismo de mercado, um silencioso genocídio cultural precedido por guerra de comunicação e de imagens. Dezenas de povos e de países ainda não produzem sua própria imagem. Estão ameaçados de aculturação, ocupação e alienação. Para avaliar, precisamos conhecer o papel do espelho na construção da identidade. Devemos lutar por um espaço audiovisual próprio. Por um canal do Mercosul – um Canal de TV do Mercosul financiado pelo comércio do Mercosul, a exemplo do que foi feito pela União Europeia. Precisamos também de um grande fórum mundial para discutir a recolonização e o papel dos meios de comunicação. Temos

A seguir, alguns depoimentos de personalidades da América Latina presentes no III Fórum Social, no final de janeiro, colhidos pela delegação do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro



direito a uma outra cultura! Os regimes democráticos nos permitem usar nossas vantagens específicas, nos garantem o direito de nos vermos com nossas próprias lentes. Lula nos enche de orgulho a todos!

**João Pedro Stedile,
economista e
coordenador do MST**

A mudança virá somente quando o povo se organizar. Estarmos no Gigantinho, um estádio de futebol onde se fala de política é muito bom sinal. A terra é um tema tratado com mediocridade pela mídia. A terra é um problema da humanidade e o significado da luta pela terra tem um significado maior do que aquele tratado pelos economistas. Além de fonte do nosso sustento, a terra condiciona a própria existência humana, a vida e a organização social. É nela que as culturas se desenvolvem. Na raiz dos nossos desequilíbrios sociais estão os 400 anos de colonialismo. Os modelos produtivistas levaram ao fracasso da via socialista. A reforma agrária que queremos não é a mesma do século XIX, pois, um camponês com 10 hectares vai continuar escravo da ilusão, da ideologia. É preciso entender o mecanismo da produção neoliberal atual e fazer uma reforma agrária na qual os camponeses possam controlar o agrobusiness. Não é só o campo que deve mudar, a sociedade inteira deve mudar. Para isto precisamos da força de mobilizações de massa. O papel do MST é organizar a luta.

Boaventura Santos, sociólogo português

Dentre todos os fundamentalismos, o ocidental é o pior, pois é o mais belicoso.

A cultura hegemônica não sabe combinar diferença com igualdade, por isso adota um multiculturalismo reacionário. O multiculturalismo emancipatório é aquele no qual o direito à diferença está articulado com o direito à igualdade. A luta pelo multiculturalismo emancipatório é econômica, social e política. Nos segmentos minoritários pode estar a semente do novo. ■

ENTREVISTA Néstor Gorovovsky – Dirigente da Izquierda Nacional Argentina

“A ARGENTINA É UMA SEMICOLÔNIA FINANCEIRA”

Apoucos meses das eleições, os rumos do processo político na Argentina ainda não estão definidos. A vitória de Lula, no Brasil, certamente terá influência sobre o processo eleitoral e o resultado que sair das urnas, em abril, terá, com certeza, muita importância para os demais países da América do Sul, revolteada ao mesmo tempo por crises e sinais de esperanças.

Para conhecer um pouco melhor a situação de nossos vizinhos e parceiros do Mercosul, o JE ouviu o dirigente político Néstor Gorovovsky, do Partido Izquierda Nacional. Geógrafo, autor do livro “El crecimiento urbano en la Argentina”, Prêmio Nacional de Produção Científica Argentina, em 1995, Nestor milita na IN desde os tempos do Partido Socialista de la Izquierda Nacional, em 1971. Ele avalia que o descrédito dos políticos argentinos levará a uma grande dispersão de votos, mas que as eleições deverão ser decididas entre o ex-presidente Rodríguez Saá, que permaneceu pouco tempo no cargo, e o candidato que terá o apoio do atual presidente Eduardo Duhalde.

Jornal dos Economistas – Como está a situação da economia na Argentina, neste início de 2003, sob os aspectos de sua produção, investimento, inflação e câmbio?

Néstor Gorovovsky – La economía argentina está congelada. La reducción brutal del mercado interno y la retención de los ingresos fiscales por exportaciones para su eventual aplicación a esquemas de repago de deuda externa han logrado detener la caída vertiginosa que data de 1995, pero sin revertir la tendencia.

JE – Era grande a expectativa, no início do ano passado, que o país viesse a declarar a

sua insolvência. No entanto, a Argentina está fechando um acordo com o FMI. O que mudou e qual o seu ponto de vista sobre este acordo com o Fundo?

NG – Por empezar, hay que ver si el acuerdo con el Fondo se llega a cerrar, puesto que el FMI difícilmente tolerará que escape a su castigo un país que se atrevió a cuestionar la legitimidad de la deuda externa (como lo hizo Rodríguez Saá, el antecesor de Duhalde) antes de suspender los pagos. Se cierre o no el acuerdo, entre principios del 2002 y principios del 2003 lo que cambió es el gobierno. El golpe de Estado parlamentario que derrocó a Rodríguez Saá se origina, en el fondo, en la convicción profunda del actual presidente Duhalde, de la mayoría del Partido Justicialista, y (por supuesto) de todo el partido Radical y del ex-Frepaso, de que no es posible escapar a las imposiciones del FMI. Todo el gobierno de Duhalde, desde el primer día, se encaminó a reabrir la confianza del FMI. Si no hay acuerdo es porque el FMI no quiere que lo haya; En cuanto a lo que pienso sobre un acuerdo con el Fondo, cabe señalar que la Argentina solamente ingresó al FMI como consecuencia de un sangriento golpe de Estado, el de 1955 (se afilió en 1956). En este casi medio siglo, ni un solo acuerdo entre mi país y el Fondo nos ha

traído beneficio alguno. En la Argentina, al menos, el FMI se dedica a la extorsión financiera; para colmo, mi país está en condiciones de demostrar (incluso jurídicamente) su total connivencia con las políticas de destrucción nacional conocidas hoy como neoliberalismo y décadas atrás como libreempresismo.

JE – A privatização foi o grande mote das políticas neoliberais dos anos 90, em todo mundo. Como está este processo, hoje, na Argentina? O que resta privatizar, além do Banco de La Nación?

NG – La privatización es, por empezar, extranjerización, y no “privatización”. A lo sumo, de lo que se trata es de privar a los argentinos de control sobre sí mismos. Eses, en el fondo, todo lo que hay de privado en ella. Muchas empresas privatizadas siguen en manos estatales, sólo que estatales extranjeras. Y otras, como por ejemplo los bancos, están en manos de empresas privadas que cuentan con todo el apoyo de los Estados extranjeros. Las pocas empresas privatizadas en beneficio de capitales argentinos lo fueron de tal modo que esos capitales son meros apéndices del capital extranjero. Cabe aclarar que aún en el terreno privado muchas grandes empresas argentinas son fuera de

Argentina solamente ingresó al FMI como consecuencia un sangriento golpe de Estado, el de 1955 (se afilió en 1956). En este casi medio siglo, ni un solo acuerdo entre mi país Fondo nos ha traído beneficio alguno. En la Argentina menos, el FMI se dedica a la extorsión financiera



la Argentina estatales, como por ejemplo la francesa Renault. En cuanto a lo que queda por privatizar, salvo el Banco Nación y el Banco Provincia de Buenos Aires, la respuesta es: nada. Si alguien quiere ver un modelo de libro de país privatizado, ese modelo es la Argentina, donde hasta el correo está en manos particulares...

El éxito o fracaso del proceso de extranjerización se puede medir en función de sus objetivos no declarados o en función de las promesas con que se instaló. Desde el primer punto de vista, fue sumamente exitoso ya que culminó en la total destrucción del Estado nacional argentino. Desde el ángulo desde los objetivos declarados y las promesas con que se impuso el modelo, ha fracasado. Transformó al país más industrializado de América Latina en una semicolonial financiera donde los niños se mueren de hambre en medio de cosechas récord.

JE – *O que esperar do governo Duhalde na economia, até as eleições?*

NG – Muy poco. Duhalde piensa en una solución exportadora industrial, sobre la base de salarios muy deprimidos. Nada de redistribuir ingresos, por ejemplo, aunque obviamente Duhalde o sus sucesores (si son de su misma línea) afirmarán que por ahora hay que seguir produciendo, para "normalizar" el país, y que la etapa de redistribución vendrá en el futuro. Los elementos necesarios para esa ecuación ya están listos: hiperdevaluación, recomposición de activos bancarios, etc. Solamente le falta el acuerdo con el FMI... Pero el FMI no quiere acordar! Claro es que este es un problema de Duhalde...

JE – *A atividade política encontra-se extremamente desgastada perante a opinião pública Argentina, face a corrupção. O que esperar das eleições de abril? Há mobilização do eleitorado?*

NG – La peor de las corrupciones es la traición a la Patria. En 1983, las élites políticas argentinas aceptaron ser los gerentes de la "democracia colonial" con la cual el imperialismo decidió poner punto final al nacionalismo popular argentino, reavivado – paradójicamente a través de un gobierno militar muy reaccionario – por las batallas de 1982 en el Atlántico Sur. Al hacerlo, aceptaron que – contrariamente al apotegma del Presidente Avellaneda, según el cual nada hay en la Nación superior a la Nación misma – el poder imperialista y financiero son superiores a la Nación misma. De allí su actual irrepresentatividad, y no por la corrupción, que es un asunto secundario. Las elecciones, creo, no serán elecciones comunes, sino el resultado arrancado por el pueblo en las grandes movilizaciones del 19 y 20 de diciembre. Pocos izquierdistas son concientes de esto, y rechazan las elecciones como tales (mientras que participaron de todas y cada una de las elecciones formales del período 1983-2001). Lo cierto es que, más allá de lo que piensen los izquierdistas, la mayoría del pueblo irá a votar, aunque más no fuera en blanco. Pero el descrédito de los políticos llevará, muy probablemente, a una dispersión del voto. El acuerdo Kirchner-Duhalde limpia bastante el panorama, puesto que acorrala simultáneamente a Menem y la Dra. Carrío. En el fondo, creo que tendremos una elección entre el Dr. Rodríguez Saá (el presidente que declaró la suspensión de pagos

de la deuda externa) y el Dr. Kirchner con apoyo de Duhalde y el partido Radical. Si Rodríguez Saá levanta firmemente las banderas del patriotismo popular, tiene buenas chances. Si no lo hace, puede ser derrotado por la dispersión.

JE – *O que é a esquerda argentina, hoje, após o fim da Frepaso? E qual a posição da Izquierda Nacional?*

NG – Empiezo por la última pregunta: la Izquierda Nacional es la representación del socialismo, dentro del campo nacional. Se diferencia de los demás grupos de izquierda en que comprende el carácter semicolonial de la Argentina y saca todas las consecuencias de ello. El grueso de la "izquierda" argentina – con algunas muy honrosas excepciones – se ubica siempre en el campo antinacional. El Frepaso, desde este punto de vista, nunca ha sido representación de la "izquierda". Constituyó, a lo sumo, una formación "progresista" de la clase media profesional, cuyo sentido político quedó claramente definido al brindar los votos para que De La Rúa, un hombre tan reaccionario que en 1976 había apoyado abiertamente el golpe de Videla, llegara a la presidencia. O sea que la caída del Frepaso no es un problema para la "izquierda" sino para los "progresistas" de la clase media. Ya vendrá la Dra. Carrío o, ahora, el Dr. Kirchner, a rescatarlos de su enésimo tropiezo político. Aquí en la Argentina, el verdadero izquierdismo es el antiimperialismo consecuente, es la convicción de que si se profundiza la lucha por la liberación nacional solamente los trabajadores podrán llevárla hasta las últimas consecuencias. Le doy un ejemplo anecdótico, pero revelador: hace poco se acercó a la Izquierda Nacional un compañero que provenía de una típica secta de izquierda argentina (cuyo nombre, por caridad, me reservo). Este hombre nos decía: En diez años de estar allí, jamás escuché hablar del imperialismo. Mucha solidaridad con los obreros suizos (sic), pero nada de la lucha por la liberación nacional de la Argentina... ¿Qué puede esperarse de semejante izquierda, no?

JE – *A mídia tem destacado a candidatura da deputada Elisa Carrío. O que ela e o seu partido representam e quais as chances?*

NG – La Dra. Carrío representa una formación pequeña burguesa progresista que no sólo no cuestiona el orden dependiente sino que

tiene la esperanza de que ese orden pueda albergar una alternativa viable para la clase media en descomposición. Para decirlo risueñamente, es un Dr. Alfonsín con polleras. Ahora que el justicialismo ha elegido como candidato al Dr. Kirchner (una especie de Dra. Carrió peronista), le veo pocas posibilidades a la diputada por el Chaco. Por lo demás, la Dra. Carrió tiene fuertes limitaciones políticas, como se demuestra en su incapacidad para mantener unido su propio frente, como se demuestra en la separación de Bravo y Giustiniani, que presentarán candidatura independiente por el Partido Socialista.

JE – Qual o significado do Governo Lula para a Argentina e para a América do Sul?

NG – La inmensa mayoría de los argentinos hemos visto con enorme alegría la reasunción del poder en el Brasil por Lula, en quien vemos el representante más auténtico de la soberanía popular brasileña. Esa victoria la hemos disfrutado como si hubiera sido nuestra. Por lo demás, Brasil, pese a todas las indiscutibles dificultades ha logrado crecer e integrarse mientras la Argentina se debilitaba e involucionaba. En estas condiciones, no podemos menos que congratularnos por el resultado. Estamos todos esperanzados en que con Lula en el gobierno marcharemos rápidamente hacia la unificación económica, social y política en condiciones de máximo respeto mutuo, para garantizar de ese modo la continuidad y la profundización del Mercosur, que debe ser un medio para la unidad y no un fin en sí mismo.

JE – Como é vista na Argentina a situação da Venezuela? Por que Duhalde mantém posição de neutralidade?

NG – La masa del pueblo argentino apoya decididamente al Comandante Chávez. Y no

solamente por la indignación natural que acompaña al imperialismo norteamericano, sino porque muchos de los acontecimientos que se viven hoy en Caracas ya los hemos vivido (a veces hasta en los detalles) durante el período abierto en 1955, con el golpe que destituyó a Perón. En cuanto a Duhalde, se mantiene neutral, simplemente, porque no comparte el sentimiento profundo del pueblo argentino. Pero, al fin de cuentas, en otros asuntos más importantes tampoco lo comparte. Qué se puede esperar, entonces?

JE – O que esperar da Argentina frente à ALCA?

NG – El ALCA es un instrumento de opresión y sojuzgamiento económico, social y político. La Argentina debería repudiarlo sin atenuantes. En todo caso, debería constituir el más sólido de los frentes de repudio junto con el Brasil.

JE – É possível reverter o processo atual de globalização?

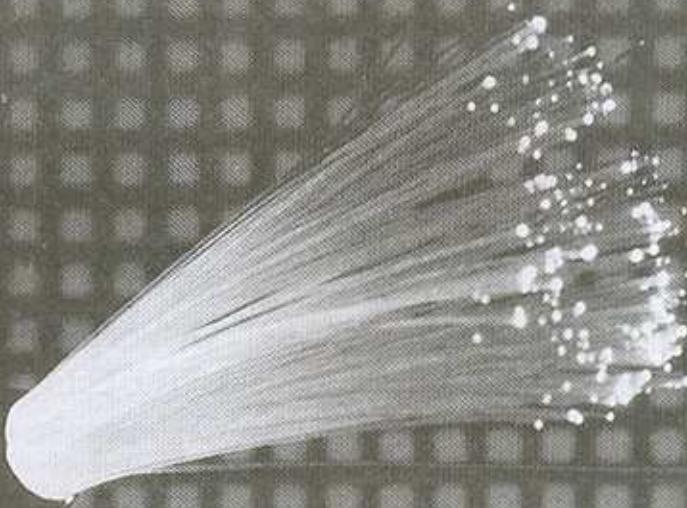
NG – Si por "globalización" definimos un proceso técnico, concentrado en la aplicación de la microelectrónica y la computación a todas las áreas de la producción, el transporte, la administración y el consumo, la pregunta se responde automáticamente. No es posible ni deseable revertirla. Pero yo no creo que la "globalización" sea, realmente, un proceso "técnico" y "natural". Simplemente es el nombre que el imperialismo se da a sí mismo. La primera vez que aparece el concepto es en una publicidad de American Express, hacia principios de los '80, donde la tarjeta se presentaba como "the global credit card". Yo hablaría, entonces, de imperialismo. Pero si "imperialismo" le parece algo "démodé", propongo hablar de "globalismo", término que tiene la inmensa ventaja de permitir plantear la existencia de

"globalizadores" y de "globalizados". El "globalismo" es, en realidad, la expresión ideológica y material de la hegemonía mundial de los grandes capitales financieros en una era de reconstitución forzada de los viejos imperios coloniales. No entiendo en qué sentido la mayor facilidad de la comunicación electrónica, la revolución tecnológica de la computación (que no es la de las PC sino la de la automatización masiva de enormes procesos industriales) o los costos más baratos del transporte tornan "natural" esta concentración del poder mundial en unas pocas potencias. Si vemos al globalismo como un fenómeno "natural" (y el propio vocablo lo sugiere, remitiendo a "precipitación", o "coagulación", por dar dos ejemplos solamente), entonces es difícil negar que sea inevitable. Ese es, precisamente, el argumento de los globalizadores. Pero el telégrafo – que, en sus momentos, fue un avance de mayor importancia relativa que el correo electrónico – no cambió el carácter social y económico del imperialismo. No veo porqué lo hará el e-mail. En ese sentido, creo, el Comandante Fidel Castro gusta diferenciar la "globalización capitalista" del proceso – ese sí, "natural" – que se daría bajo un régimen socialista mundial. Pero no comparto este planteo de Fidel, ya que la realidad concreta, el aquí y ahora, es el de un dominio espectacular del imperialismo. Y el imperialismo no solamente puede ser eliminado. Si no lo eliminamos, está en condiciones de eliminar la vida civilizada sobre la faz de la Tierra. Cada día estamos más cerca de la disyuntiva planteada por Rosa Luxemburgo: Socialismo o barbarie. El nombre de la barbarie, en nuestros días, es globalización. Es responsabilidad de cada uno de nosotros terminar con este monstruo. Lo llamemos imperialismo, globalismo o globalización. ■



La privatización es, por empezar, extranjerización, y no privatización. De lo que se trata es de privar a los argentinos de control sobre sí mismos. Muchas empresas privatizadas siguen en manos estatales, sólo que extranjeras. Y otras como los bancos, están en manos de empresas privadas que cuentan con todo el apoyo de los Estados extranjeros

Agilidade. Está aí uma coisa de que você não pode abrir mão.



www.banrisul.com.br

Cliente do **Banrisul** tem banco em casa ou na empresa vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, bastando possuir um computador ligado à internet.

É a **Agência Virtual Banrisul**. Fácil de usar, basta você acessar www.banrisul.com.br para realizar suas operações com rapidez, comodidade e total segurança. Passe numa de nossas agências e informe-se melhor. Você vai ver que, além de agilidade, o **Banrisul** tem muito mais a oferecer.

banrisul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Agência Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 463 - Centro - Tel.: (21) 2224.2282

Agência Copacabana

Av. N. Sra. de Copacabana, 827A - Tel.: (21) 2548.6089

Agência Tijuca

R. General Roca, 798 - Tel.: (21) 2567.7886

PESQUISA Maria Alice Espinola de Magalhães*

BIBLIOTECA VIRTUAL: FERRAMENTA PARA ECONOMISTAS

A Biblioteca Virtual de Economia-BiVEc - <http://www.prossiga.br/nuca-ie-ufrj/economia/> - é uma pesquisa do Programa Prossiga-MCT/CNPq/IBICT** em parceria com o Núcleo de Computação-NUCA do Instituto de Economia/UFRJ. Esta pesquisa vem sendo realizada desde 1998 e faz parte de uma rede de informação-comunicação em C&T criada pelo Prossiga.

A BiVEc tem como objetivo central selecionar, analisar, reunir e apresentar em formato de hipertexto informações existentes na Internet, qualitativamente relevantes e confiáveis, de diferentes áreas e temas inscritos no campo de conhecimento da economia. Atuando como filtro de informações, a BiVEc cria condições para diminuir o tempo gasto pelo economista, estudante e professor no processo de localização e acesso às informações.

Por outro lado, a BiVEc atua como instrumento de integração e consolidação da comunidade virtual de conhecimento de economia no Brasil composta basicamente por economistas, estudantes, professores e pesquisadores que necessitam utilizar sistematicamente informações de economia. Esta comunidade recebe mensalmente um Boletim eletrônico com as principais inovações da Biblioteca Virtual.

Partindo da *welcomepage* do sítio, encontram-se disponíveis um conjunto de *links* que remetem às informações na forma de registros distribuídos por 13 categorias de informação: artigos e outros textos; bases de dados; bibliotecas virtuais, bibliotecas, centros de documentação e de informação; dados econômicos e estatísticas; documentos econô-



10 mil links

micos oficiais e legislação; empresas; instituições de ensino e pesquisa; listas de discussão; órgãos de política, coordenação e fomento; periódicos; programas de pós-graduação; pesquisadores e especialistas; e sociedades e associações científicas e de representação de classe.

Estas categorias foram concebidas para facilitar a pesquisa-consulta do usuário da área de economia. A fim de evitar ambigüidades quanto às definições, cada categoria é acompanhada de um texto explicativo que delimita seu conteúdo e abrangência.

te informações externas ao sítio. Vale registrar que, em setembro último, o sítio já incorporava aproximadamente 10 mil links, distribuídos por mais de 1,9 mil registros. Deve-se entender um registro como uma ficha de referência bibliográfica de uma biblioteca "real", com a diferença de que no registro é possível acessar diretamente a informação vinculada à referência apresentada.

Um importante recurso que a BiVEc tem é um motor interno de busca. Com ele, ao digitar uma palavra-chave serão apresentados todos os registros existentes vinculados diretamente a esta palavra. Este recurso facilita o acesso a uma informação pré-definida e, de certa forma, complementa a pesquisa via as categorias.

No conjunto, as 13 categorias do sítio da BiVEc totalizam 42 páginas virtuais - 13 intermediárias e 29 de conteúdo, sendo que estas últimas apresentam dimensões variadas, em função do número de registros incorporados.

A estrutura de apresentação multilinear torna possível percorrer 29 trajetórias lineares de pesquisa-consulta. Estas trajetórias não são fechadas por definição, pois os registros e, sobretudo, os comentários em hipertexto ampliam as possibilidades de trajetórias para o usuário acessar diretamen-

te a comunidade científica virtual de economia três mecanismos do sítio da BiVEc ganham importância por sua função de comunicação: web-curículos, cadastramento do usuário e as listas de discussão. Os dois primeiros são acessados a partir da *welcomepage* e as listas de discussão constituem uma categoria de informação.

Através dos registros de listas de discussão, a BiVEc apresenta informações sobre grupos e assuntos que mobilizam e integram a comunidade virtual de economia. O alcance desta cate-

* Mestranda em Administração, Pós-Graduada em Economia, graduada em Administração e Bacharel em Ciências Contábeis.

** Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

goria não reside apenas no fato dela permitir traçar um panorama, ainda que parcial, de redes de comunicação que integram a comunidade virtual. Sua importância é significativa também porque, ao divulgar informações sobre as listas de discussão, cria condições para que elas incorporem mais pessoas interessadas e, portanto, cresçam, o que contribui para consolidar estas redes de comunicação e a própria comunidade virtual de economia.

Web-curriculum

No web-curriculum é possível um economista, professor ou pesquisador, através de um formulário padrão, *on line*, registrar informações sobre seu currículo profissional (endereço, correio eletrônico, nível de qua-

lificação, instituição para qual trabalha, áreas de interesse, publicações etc.), indicando, inclusive, sítios relevantes para o desenvolvimento de suas atividades. Estes dados são analisados, processados e apresentados na categoria pesquisadores e especialistas da biblioteca.

Na forma como é operado, o formulário de *web-curriculum* torna tecnicamente acessível a um maior número de pessoas da comunidade virtual de economia a possibilidade de disponibilizar seus dados profissionais de uma maneira simples e rápida. Independentemente dos motivos e intenções que levam o usuário a preencher o formulário, este mecanismo de comunicação promove a circulação de informações sobre os membros da comunidade virtual de economia

e constitui mais um segmento especializado de comunicação desta comunidade.

Diferentemente do web-curriculum e das listas de discussão, onde o sítio da BiVEc atua como instrumento de intermediação no processo de comunicação-informação entre os membros da comunidade virtual de economia, o cadastramento de usuários pretende estabelecer uma relação direta de comunicação com a comunidade virtual.

Esse cadastramento pode ser feito em dois níveis, um mais simples e outro completo, não obrigatório. Ou seja, o usuário pode se cadastrar sem preencher o formulário. Este cadastro alimenta uma *mailing list* que distribui mensalmente um boletim com informações sobre as atividades de pesquisa da BiVEc no período.

O cadastramento dos usuários é um instrumento de comunicação direta particularmente importante, na medida em que através dele os economistas sinalizam seu interesse pelo sítio e a intenção em manter contato.

Você, leitora ou leitor, conhece o sítio? O endereço é
<http://www.prossiga.br/nova-ie-ufrj/economia/>
 Uma boa visita. ■

* Economista, pesquisadora do Prossiga. Correio eletrônico: espinola@uninet.com.br

** MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia; Ibit – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Estácio

GESTÃO

PÓS-GRADUAÇÃO – LATO SENSU

INÍCIO A PARTIR
DE MARÇO

CURSOS

MARKETING

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 17 de março – Segundas e quartas, das 19h00 às 22h00
 - Inicio: 29 de março – Sábados, das 8h às 13h20
- Campus Nova América
 - Inicio: 18 de março – Terças e quintas, das 19h às 22h
 - Inicio: 22 de março – Sábados, das 8h às 13h20
- Campus Tom Jobim
 - Inicio: 5 de abril – Sábados, das 8h às 13h20
- Niterói
 - Inicio: 12 de abril
 - Sábados, das 8h às 13h20

Preço: 13 x R\$ 267,00

AUDITÓRIA E PERÍCIA CONTÁBIL

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 18 de março – Terças e quintas, das 19h30 às 22h40

Preço: 14 x R\$ 247,00

CONTROLEADORIA

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 19 de março – Segundas e quartas, das 19h30 às 22h30
 - Inicio: 26 de abril – Sábados, das 8h30 às 15h

Preço: 13 x R\$ 247,00

GESTÃO ESTRATÉGICA EM RECURSOS HUMANOS

- Campus Nova América
 - Inicio: 19 de março – Segundas e quartas, das 19h às 22h
- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 29 de março – Sábados, das 8h às 13h20
- Penha
 - Inicio: 19 de abril – Terças e quintas, das 19h às 22h

Preço: 14 x R\$ 237,00

GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 24 de março – Segundas e quartas, das 19h30 às 22h40

Preço: 13 x R\$ 247,00

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 25 de março – Terças e quintas, das 19h30 às 22h20
- Campus Nova América
 - Inicio: 26 de março – Sábados, das 8h às 13h20

Preço: 14 x R\$ 257,00

LOGÍSTICA EMPRESARIAL

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 19 de março – Segundas e quartas, das 19h30 às 22h20

Preço: 13 x R\$ 257,00

SISTEMAS DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 25 de março – Terças e quartas, das 16h30 às 21h40

Preço: 14 x R\$ 220,00

ADMINISTRAÇÃO ESPORTIVA

- Campus RJ
 - Inicio: 29 de março – Sábados, das 8h às 17h30 (aulas de 15 em 15 dias)

Preço: 16 x R\$ 217,00

GESTÃO DA CULTURA

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 29 de março – Sábados, das 8h às 14h40 (3 sábados por mês)

Preço: 14 x R\$ 257,00

GESTÃO ESTRATÉGICA DE IMPOSTOS

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 29 de março – Sábados, das 8h às 19h (aulas de 15 em 15 dias)
 - Inicio: 2 de abril – Terças e quintas, das 18h30 às 22h20

Preço: 13 x R\$ 290,00

COMÉRCIO EXTERIOR

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 2 de abril – Segundas e quartas, das 19h30 às 22h20

Preço: 13 x R\$ 247,00

GESTÃO DE TECNOLOGIA E DE NEGÓCIOS EM TELECOMUNICAÇÕES

- Campus Praça Onze
 - Inicio: 19 de abril – Sábados, das 8h às 13h20

Preço: 14 x R\$ 262,00

CONTABILIDADE AVANÇADA

- Campus Nova América
 - Inicio: 24 de abril – Terças e quintas, das 19h às 22h
 - Inicio: 26 de abril – Sábados, das 8h às 17h20 (aulas de 15 em 15 dias)

Preço: 15 x R\$ 250,00

GESTÃO E PLANEJAMENTO EM TURISMO

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 25 de abril – Sábados, das 18h30 às 22h20, e sábados, das 9h às 17h10 (aulas de 15 em 15 dias)

Preço: 13 x R\$ 247,00

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

- Campus Presidente Vargas
 - Inicio: 26 de abril – Sábados, das 8h às 13h20

Preço: 13 x R\$ 247,00

CAMPUS NOVA AMÉRICA (Del Castilho) – Avenida Presidente Vargas, 126 • CAMPUS PRAÇA ONZE (Centro) – Av. Presidente Vargas, 2.560 • CAMPUS PRESIDENTE VARGAS (Centro) – Av. Presidente Vargas, 642 • CAMPUS TOM JOBIM (Barra) – Av. das Américas, 4.200 – bloco 11 • NITERÓI – Rua Eduardo Luís Gomes, 134 – Centro • PENHA – Av. Lúcio Costa, 165/179

INSCRIÇÕES EM TODAS AS UNIDADES DA ESTÁCIO

Central de Atendimento: 2563-0000 • www.estacio.br

ESTUDOS Pedro Quaresma de Araújo*

RIO, SAMBA E TRABALHO: ENTRE O DINAMISMO FLEXÍVEL E A INFORMALIDADE PRECÁRIA

As escolas de samba são, hoje, foco de interesse e de estudo também dos economistas, além de antropólogos, sociólogos e historiadores.

A cidade do Rio de Janeiro, o desfile das escolas de samba e o debate sobre as relações de trabalho podem ser situados dentro de uma mesma perspectiva econômica, à medida que abrigam em si aspectos contraditórios relativos ao que podemos convencionar de "dinamismo flexível" e "informalidade precária".

A oposição entre estes dois conceitos surge na literatura sobre o futuro do trabalho, no debate entre as diversas correntes do pensamento econômico e social que discutem as transformações na qualidade de ocupação da mão-de-obra, a partir da reestruturação produtiva do capitalismo, iniciada no final dos anos 60 e início da década de 70, levando em consideração a possibilidade de o trabalhador realizar ocupações em novos setores dinâmicos e sob novas formas contratuais de trabalho. E, discutindo ainda, até que ponto estas novas ocupações não se caracterizariam pela precariedade nas formas de acesso à renda e garantias sociais de inclusão.

A produção econômica do desfile das escolas de samba no Rio pode servir como uma metáfora das contradições econômicas e sociais vividas pelas relações de trabalho, atualmente. Cabe lembrar que a concepção como um espetáculo, ou, como é popularmente denominado, "o maior espetáculo da terra", é na verdade um episódio recente.

A origem do desfile se deu a partir de um movimento de afirmação cultural de lazer extrovertido originado nas camadas mais pobres da população, dentro do contexto do carnaval de rua no Rio de Janeiro. Assim sendo, o desfile

reflete o desenvolvimento histórico de seu tempo, chegando aos dias de hoje conectado aos setores mais dinâmicos e aos grandes lucros da economia do espetáculo, como o turismo e os meios de comunicação de massa, mas tendo, em sua confecção, uma conexão íntima com o setor informal da economia, fazendo com que as escolas de samba passem a ser, hoje, um objeto interessante de estudo, não somente do antropólogo, do sociólogo e do historiador, mas também do economista.

Desta forma, podemos contemplar a atividade econômica das escolas de samba relacionando os aspectos de "dinamismo flexível" ou "informalidade precária", presentes na passarela e no barracão, fornecendo assim subsídios para avaliar os próprios rumos assumidos pelas relações de trabalho no capitalismo, a partir da seleção da visão de alguns autores dentro destas correntes de pensamento.

Lazer, ócio e trabalho

Em relação ao cenário descrito por Domenico De Masi, podemos observar a importância dos elementos ligados ao lazer e ao ócio, enquanto geradores de consumo, elevando assim as atividades ligadas ao espetáculo e ao turismo à condição de setores dinâmicos na geração de emprego e renda. Além disso, o desenvolvimento de atividades essencialmente artísticas e criativas, a partir da valorização da estética visual na produção do desfile, pode ser apontado como um elemento agregador de qualidade ao trabalho, aspecto central da discussão de De Masi.

Quanto à visão de Manuel Castells sobre a flexibilização dos contratos de trabalho, da mesma forma que nas empresas podemos perceber nas escolas de samba a existência de uma estratificação de tarefas e remunerações, cada vez mais baseadas em negociação individual,



A produção econômica do desfile das escolas de samba no Rio pode servir como uma metáfora das contradições econômicas e sociais vividas pelas relações de trabalho, atualmente

numa relação mais informal, mas que pouco se difere dos contratos flexíveis descritos por Castells como solução para a contratação de um maior contingente de trabalhadores. Estas contratações, nas escolas de samba, às vezes se dão de forma "terceirizada", como no caso das equipes responsáveis pela iluminação e efeitos especiais dos carros alegóricos, que são muitas vezes desempenhadas por técnicos especializados de fora das escolas.

A "terceirização" poderia ainda ser observada no rateio por empreitada na produção dos carros ou na montagem da infra-estrutura do sambódromo para a realização do desfile, quando empresas de som, iluminação, pintura, alimentação são contratadas. A figura do chefe de ala, que se articula com a direção da escola para ter o direito de comercializar a participação do desfile também pode servir de exemplo desta nova concepção de profissional autônomo.

As formas de produção pós-fordistas descritas por David Harvey também estão presentes na economia do desfile. A homogeneização e padronização da produção e do consumo foram substituídas por técnicas flexíveis de produção, que privilegiam a diferenciação dos produtos e a busca de um ambiente de trabalho menos monótono e alienado. Estas técnicas irão privilegiar a especialização e a acentuada diminuição do tempo de giro da produção e a busca da motivação dos funcionários.

No caso do barracão, a motivação dos trabalhadores é reforçada pelo sentimento de equipe acirrado pela presença evidente do sentimento de competição nos dias de carnaval, que confere ao trabalhador o orgulho e auto-estima de pertencer a uma agremiação vencedora. O trabalhador se sente parte do processo e responsável pelo sucesso, além de incorporar facilmente os objetivos da "empresa" (ganhar o carnaval) em moldes, porque não, até mais eficientes do que as das tão alardeadas corporações japonesas.

Trabalhador flexível

Além disso, o ciclo de produção anual das fantasias e alegorias e a contratação sazonal de pessoal ao longo do ano a partir de um quadro fixo reduzido nos fazem lembrar as técnicas flexíveis de produção e ajuste da mão-de-obra

empregada em relação às flutuações de demanda desempenhadas pelas empresas, conforme a descrição de Harvey sobre o pós-fordismo.

A constatação da inexistência de vínculos empregatícios e consequentemente a ausência de direitos sociais, além de diversos outros aspectos de precariedade e informalidade presentes na produção do desfile, tendo em vista que o trabalho no barracão se configura como uma busca de sobrevivência por um contingente de população empobrecida e pouco qualificada, que não encontra opções no mercado formal, nos remete à visão de Paul Singer e Jorge Mattoso. Este caráter de exclusão social vem a ser reforçado pelo fato de que os trabalhadores trabalham em média apenas quatro meses no barracão, estando o restante do ano disponíveis para realizar diversas outras atividades de "viração" no mercado informal de trabalho.

As novas formas de produção e relações de trabalho flexíveis, comumente vistas como o que há de mais moderno no mundo do trabalho, no entanto não são uma novidade tão grande assim e muito se assemelham às formas de trabalho encontradas na tradicional economia precária de subsistência. A flexibilidade é uma condição *sine qua non* da economia informal de "viração", particularmente no espaço urbano carioca, em que grande parte da população sabe de longa data o que é sobreviver sem a segurança de um fluxo regular de renda.

A flexibilidade pós-industrial, portanto, não difere muito da criatividade das atividades de sobrevivência daquelas populações mais pobres que se acostumaram a viver na precariedade. Os mais pobres, que sempre ficaram à margem do mercado formal de trabalho, nunca podendo se "dar ao luxo" de ficarem desempregados, parecem já ter incorporado de longa data em sua condição de precariedade a mentalidade do "trabalhador flexível" da sociedade pós-industrial. Ou seja, os novos processos de reestruturação configuram um retrocesso das conquistas sociais dos trabalhadores num passado recente, vindo a ratificar os padrões sociais já existentes no passado.

A economia informal presente no barracão das escolas de samba vem a reforçar este quadro. A produção de fantasias pelas costureiras nos faz lembrar os processos de produção denominados *just in time*, através da maximização das economias de escopo. A

terceirização, os contratos flexíveis e as formas de remuneração dos trabalhadores presentes na confecção dos carros alegóricos vêm a ratificar as semelhanças com a concepção pós-fordista de produção.

Metáfora da exclusão

A desapropriação do espetáculo das escolas de samba do povo das comunidades que as próprias representam faz com que o desfile funcione mais uma vez como metáfora do processo de exclusão social que, no Rio, opõe o morro ao asfalto desde os tempos da reforma urbana de Pereira Passos. À medida que o desfile é apropriado de uma forma capitalista, as camadas mais pobres têm dificuldade para comprar fantasias ou mesmo dispor de um lugar na arquibancada para assistir ao desfile.

Neste sentido, a re-inscrição das comunidades junto às escolas de samba, através da articulação do tecido social, pode ser a chave para que o desfile retome suas raízes. Mais do que isso, estratégias de desenvolvimento comunitário e projetos sociais como os que vêm sendo realizados pela Mangueira podem servir de exemplo de como uma escola de samba pode aproveitar a sua influência social para gerar benefícios na geração de emprego e renda para a própria comunidade, arraigando as relações de cidadania em sua população e driblando assim as adversidades no mundo do trabalho, cujas soluções parecem vir cada vez mais de ações não capitalistas, a partir de iniciativas de setores da sociedade civil (ONGs, associações comunitárias, etc.).

As potencialidades de desenvolvimento local das comunidades empobrecidas e marginalizadas levam-nos de encontro com a formulação da busca de uma perspectiva solidária para a economia como forma de inclusão social, conforme descrita por Paul Singer.

Assim sendo, apesar de perceber que as relações de trabalho caminham em direção a uma condição de "informalidade precária", agravando questões relativas à exclusão social, não devemos ficar pessimistas quanto ao futuro, pois as soluções que começam a surgir dentro do campo da economia solidária nos permitem vislumbrar a formação de relações e condições de acesso à renda, menos perversas e mais próximas da inclusão dos indivíduos como verdadeiros cidadãos. ■

* Aluno da UFRJ. Menção honrosa no XII Prêmio de Monografias do Corecon-RJ (2002), com o trabalho "Rio de Janeiro, Escolas de Samba e Relações de Trabalho: entre o Dinamismo Flexível e a Informalidade Precária".

BIBLIOTECA ALCANÇA 3 MIL TÍTULOS



A Biblioteca Eginardo Pires, que funciona no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, encerrou o ano passado

com um acervo de mais de 3 mil livros, dos quais 2,9 mil já catalogados e quase 500 ainda sendo processados. A reestruturação da sede do Corecon-RJ, com novas instalações como o auditório e as salas de cursos, também beneficiaram a área de leitura da biblioteca, oferecendo mais espaço para consultas e pesquisas.

Fundada em 1985, ela teve o ponto de partida para a constituição do seu acervo com os livros do economista Eginardo Pires, falecido prematuramente em 1980, aos 35 anos de idade, que foram doados pela sua própria família.

Além de uma extensa lista de títulos de economia, a Biblioteca Eginardo Pires também recebe diariamente dois dos mais importantes jornais econômicos —

Gazeta Mercantil e Jornal do Commercio —, além de publicações como a revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, a Revista de Economia Política, Revista do BNDES e periódicos da Andima, Ipea, Cepal e da USP.

A biblioteca fica no 16º andar do prédio 109 da avenida Rio Branco, onde está a sede do Conselho, e recebe, em média, a visita de 50 profissionais por mês.

Funciona de segunda à sexta-feira, de 10h às 17h, com livre acesso a todos os associados do IERJ, do Sindicato dos Economistas e os profissionais em dia com o Corecon-RJ. O limite para o empréstimo domiciliar é de até cinco livros, com o prazo de 30 dias para devolução. ■

Quem foi Eginardo Pires?

Eginardo de Souza Pires era um gaúcho de Cruz Alta, com sólida formação teórica. Formado em direito e depois em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursos que realizou quase simultaneamente, ingressou em meados dos anos 70 no mestrado de economia da Unicamp, indo depois trabalhar no Centro de Estudos e Pesquisas da Finep. Autor do livro *Ensaios Econômicos*, publicado após sua morte, sobre ele afirma o também economista e professor Mário Possas, que escreve o prefácio:

"O rigor com que se munia de argumentos e contra-argumentos para sustentar uma posição e a meticolosa coerência em que os alinhava, por escrito ou oralmente, mesmo quando não tinha razão — o que não era muito frequente —, foram sua marca intelectual mais invejável". Cri-

tico contundente do regime militar que oprimia o país, Eginardo participou de vários debates e cursos, seja no próprio IERJ, na PUC, onde lecionava, ou no Instituto Brasileiro de Psicanálise, outra área de seu interesse intelectual.

Em maio de 1980 foi demitido, quase ao mesmo tempo, tanto da Finep quanto da PUC, enfrentando, a partir de então, maiores dificuldades para publicar seus textos e, sobretudo, para trabalhar. Fundador do PT do Rio de Janeiro, ele morreu em dezembro do mesmo ano, sozinho em seu apartamento, em Santa Teresa. À época, em sua memória, o IERJ publicou um necrológio em que era afirmado: "Eginardo Pires se foi (...) Mas sua lembrança ficará conosco, nas lutas que travamos e nos seus livros...".

A Biblioteca Eginardo Pires é a materialização deste compromisso.



Pascotto eleito presidente

O economista Sidney Pascotto, da Eletrobrás, foi eleito presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, em lugar de Ronaldo Rangel, que ocupou o cargo nos últimos dois anos. Para a vice-presidência foi reeleito João Manoel Gonçalves Barbosa.

A decisão ocorreu por unanimidade, no início de janeiro, na sessão de posse do novo terço de conselheiros eleito em outubro passado, composto ainda por Ceci Vieira Juruá, Nelson Le Cocq, Júlio Flávio Miragaya e Gilberto Caputo, além do presidente e vice.

Ainda no Rio, o Sindicato dos Economistas também renovou sua diretoria, com a eleição de Paulo Passarinho para o cargo de coordenador geral da entidade, João Manoel Gonçalves Barbosa, coordenador de assuntos institucionais, Gilberto Alcântara, de Divulgação, Administração e Finanças, e Sidney Pascotto, de relações sindicais.

Cofecon

No Conselho Federal de Economia (Cofecon) foram reeleitos Carlos Roberto de Castro, presidente, e Carlos Herval de Viveiros Laranjeira Barbosa, na vice. Integram ainda o Cofecon os economistas Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Rodrigo Fernandes, Luiz Eduardo Sebastiani, Luiz Alberto Machado, Sidneval Aroni, Humberto Tannus Junior, Pedro Moreira Filho, Nelson Pedro da Silva, Alejandro Arandia, Mário Sérgio Sallorenzo, Robespierre Barreto e Sérgio Roberto de Lira. ■